

XVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR

II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG

ÉTICAS E RELIGIÕES EM TEMPOS DE CRISE - NOV. 2021



CATOLICISMO POPULAR EM GOIÁS: uma análise dos escritos do Pe. Francisco Wand.

Verônica de Oliveira Marques Gonçalves¹

INTRODUÇÃO

Imaginar um Brasil sem religiosidade é praticamente impossível, visto que ele e a religião cresceram e andaram juntos desde a invasão do país em 1500. A partir do citado ano, a região onde hoje é o Brasil recebeu uma série de influências externas que mudaram totalmente suas características; este que até então era habitado pelos povos nativos e passou a ser morada de europeus e povos africanos, produzindo entre si uma miscigenação de culturas, costumes e novas formas de religiosidade.

O catolicismo, mesmo sendo “incentivado” de maneira mais árdua e insistente pelos colonizadores e pelos missionários, foi o que mais recebeu influências diretas de outras culturas e religiões, mudando, por vezes, e estabelecendo novos significados, adquirindo, assim, novas roupagens. Tais roupagens, por muitas vezes, passavam longe de suas origens e fugia de seu modelo clássico estabelecido pela própria Igreja Católica há séculos.

O sertão brasileiro e parte do interior do país criaram, portanto, uma nova forma de religiosidade, seguindo partes do catolicismo clássico, mas mesclado a crenças populares provenientes de outras religiões totalmente diversas. Isso fez com que tal religiosidade se tornasse singular e de compreensão mais complexa principalmente àqueles que tinham o costume da prática tradicional da religião. Nas palavras do historiador e sociólogo Thales de Azevedo (2002: 31):

De um modo geral, os brasileiros consideram-se “religiosos” e verdadeiros católicos, ainda quando interpretem a seu modo a religião; muitos deles

¹ Graduanda em História pela UEG, Campus Sul, sede Morrinhos. Sob orientação do Prof. Dr. Robson Gomes Filho.

sentir-se-iam ofendidos se lhes fosse negada a categoria de católicos ou se os confundissem com “materialistas”, “descrentes.”

Com base nesses pressupostos, o presente artigo pretende discutir sobre a visão da religiosidade popular com base nas análises de padres da Congregação do Santíssimo Senhor Redentor (Redentoristas) alemães, precisamente em Goiás nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, nos utilizaremos principalmente da obra inédita e manuscrita “Histórias contadas por um missionário no Brasil Central”, produzida pelo redentorista alemão Padre, Francisco Wand, entre 1922 e 1924. Nosso objetivo é analisar o olhar do Pe. Francisco Wand sobre o catolicismo popular sertanejo, especialmente em Goiás, especialmente no que tange à diferença com olhares críticos comuns ao clero, especialmente ultramontano. Além disso, propomos pensar de que maneira o campo de experiências pessoal do sujeito objeto do presente estudo contribui para o desenvolvimento do seu olhar singular sobre o catolicismo popular.

I – CATOLICISMO E RELIGIOSIDADE POPULAR

O conceito de catolicismo e religiosidade popular é extremamente difícil de se delimitar, pois, ao longo dos anos, tal conceito teve diversas ressignificações. De maneira especial, no século XIX, auge do processo de clericalização do catolicismo e centralização em Roma, o que foi chamado na historiografia brasileira de “romanização”, mas também conhecido por “ultramontanismo”,² a ideia de um catolicismo oficial predominava entre o boa parte do alto clero. Naquele momento, as manifestações populares do catolicismo era taxado de supersticioso, excessivo e falta de instrução. Esta maneira de se conceber o catolicismo popular perdurou ao longo do século XX, principalmente por parte do alto clero e até mesmo da historiografia brasileira. Sobre isso Robson Gomes Filho pontua que:

[a] religiosidade popular foi ao longo do século 19 definida por tudo aquilo que “manifestasse o supersticioso, o grosseiro, o curioso e o vulgar.” Ainda no século 20, todavia, não é raro encontrarmos interpretações acadêmicas

² O ultramontanismo foi um movimento católico iniciado no século XIX que pregava, dentre outras coisas, a centralização e submissão política da Igreja Católica e os poderes temporais ao papa, bem como uma sistemática clericalização das atividades religiosas leigas autônomas. Sobre o conceito de ultramontanismo, ver: Santirocchi (2010)

que desqualificam a religiosidade popular com atributos como “crendice do povo”, “paranoia”, “obsessão generalizada”, “comportamento sacrílego”, “religiosidade acrítica e emocional”, “engodo” e “primarismo acrítico”. Os esforços para se superar esta visão parcial sobre a religiosidade popular, especialmente no Brasil, com relação ao catolicismo, se deu a partir de diversas tentativas de se criar tipologias por meio das quais se poderia encerrar o “catolicismo popular” em contraposição à sua matriz “oficial”. Nestes esforços, diferentes tipologias e nomenclaturas surgiram na tentativa de se compreender esta dinâmica no campo religioso brasileiro, como catolicismo cultural, catolicismo formal, catolicismo nominal, catolicismo tradicional, catolicismo popular, catolicismo vertical, catolicismo horizontal, dentre outros. [...] (GOMES FILHO, 2020, p. 178-179)

Para Leila Borges Santos (2006, p. 163), o catolicismo popular seria dirigido aos problemas cotidianos, aproximando-se, na maioria das vezes, mais da magia do que da religião, isso por não contar com uma espécie de ética racionalizada. Sendo assim, o clero tentou reverter a situação com base na ideia de salvação, combatendo a mistura das religiões com a doutrina católica e focando mais no culto de Jesus Cristo e na figura de Deus, do que dos intercessores, os santos

II – CATOLICISMO POPULAR NA ANÁLISE DO PADRE FRANCISCO WAND

Em meados do início do século XX, em Goiás, pode-se dizer que a crença na religião católica era basicamente popular, uma vez que os fiéis não obedeciam aos princípios e ideais da Igreja Católica Romana, considerados oficiais e institucionais. Isso ocorria não necessariamente de forma consciente, mas por uma série de fatores que condicionaram a forma da religiosidade dos católicos goianos. Primeiro a localização, pois, até a terceira década do século XIX, Goiás não teve sua diocese própria ficando, assim, sob a administração da diocese do Rio de Janeiro e depois Mariana. Mesmo após a criação da diocese de Goiás, em 15 de julho de 1826, pela bula *Sollicita Catholici Gregis Cura*, do Papa Leão XII, a administração religiosa na região não se tornou mais fácil. Para se ter uma ideia, segundo José Oscar Beozzo (1983, *Apud*: GOMES FILHO, 2020), em 1872 a província de Goiás contava com apenas 17 padres seculares para atender todo a diocese, cuja extensão de 617.937 Km², compondo-se do que hoje representa os estados de Goiás, Tocantins e ainda o Triângulo Mineiro.

Outro fator é que Goiás era um estado rural, tendo a maior parte da sua população localizada em fazendas, muito distantes umas das outras e até mesmo dos centros urbanos, o que dificultava ainda a comunicação da Igreja com seus fiéis. Este problema de comunicação se agravava ainda mais, como há pouco referido, pela escassez de padres na diocese goiana e os poucos que ali residiam sofriam com o problema da distância dos fiéis. Assim, o catolicismo popular, nas palavras do historiador Sergio da Mata (2002, p. 64): “[...] do ponto de vista organizacional, ele se caracteriza por uma presença muito débil – senão ausência – da mediação eclesiástica. Isso explica porque seu lócus tende a ser o meio rural ou semi-rural.”

Na mesma linha de raciocínio, o autor da nossa fonte de pesquisa, Pe. Francisco Wand, afirma em sua obra que:

[...] Eclesiasticamente, Goiás naquele tempo estava sob a jurisdição do Bispo do Rio de Janeiro. Um mensageiro levava 6 meses para ida e volta, e como a viagem tão longa e difícil não era sem perigos, munia-se de sacramentos da penitência e da eucaristia antes de partir. Durante o pontificado do Papa Bento XIV, o território de Goiás foi declarado prelazia apostólica, mas nenhum de seus prelados nomeados tomaram posse, até que em 1826 a mesma foi elevada a bispado. Os Padres portugueses já haviam desaparecido todos. (WAND, s/d)

Por fim, pode-se dizer que estes foram alguns dos fatores principais que contribuíram para a criação e desenvolvimento da religião popular no estado. Basicamente, a crença que se desenvolveu em Goiás era de caráter híbrido, isto é, a junção de práticas religiosas populares, ritos, magias, etc., com a religião oficial e suas liturgias. Isto porque, devido à falta de mediação eclesiástica, o povo não desassociava o sagrado do profano, visto que estes já estavam tão incorporados na sociedade que era basicamente impossível separá-los. Nas palavras de Robson Gomes Filho (2020, p. 181):

Portanto, em Goiás desenvolveu-se um tipo de catolicismo, cujas características centrais giram em torno de seu caráter leigo (contrapondo-se à intervenção e intermediação clerical de maneira mais sólida), familiar (contrapondo-se ao ambiente da igreja, frequentada fundamentalmente nos dias de festas), e devocional (mais ligado à relação íntima com os santos de devoção do que ao culto formal à divindade). Embora estas características se apresentem em Goiás a partir das dinâmicas próprias do sertão goiano, entretanto, seria um engodo pretendermos que este catolicismo popular em Goiás seja singularmente distinto do catolicismo sertanejo que se desenvolveu em todo o Brasil, e mesmo do catolicismo popular europeu e de outras regiões do mundo cristão”.

Portanto pode-se concluir que a crença popular goiana se pautou na crença leiga, ritualística e mística, causando, assim, um choque com o catolicismo tradicional.

A romanização da prática religiosa católica em Goiás só começou a ser mais forte durante os governos eclesiásticos dos bispos ultramontanos D. Joaquim Gonçalves de Azevedo (1866-1876), Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890) e D. Eduardo Duarte Silva (1891-1907), sendo estes os que mais se empenharam na causa da padronização da conduta católica em Goiás, entrando em conflito com as manifestações populares. Estes, juntamente com outros missionários, caracterizaram muitas vezes as crenças goianas como superstições, seguidas de boa-fé, mas sem embasamento eclesiástico, fazendo com que estas parecessem ser confusas. Esse olhar baseava-se principalmente sobre as suas festas e suas Romarias, nas quais muitos as caracterizavam como celebrações momentâneas. Outro fator presente na cultura religiosa goiana são as relações diretas com as divindades, e sem hierarquização clara destas. Isto é, para o goiano, era mais comum pedir socorro a Virgem Maria e aos santos, em quem depositavam sua fé e devoção, do que no próprio Deus ou na figura de Jesus Cristo. Sérgio da Mata pontua que:

Quanto ao culto, ele se direciona sobretudo a Maria e aos santos; Jesus normalmente assume uma importância secundária. A débil presença da hierarquia eclesiástica relaciona-se dialeticamente a um outro aspecto, este por assim dizer próprio da lógica interna da religião popular (embora não seja exclusivo dela): a relação direta com o sagrado. Tal relação é normalmente regida pelo princípio do *ut des*. Há um tempo social em que a fé popular como que se adensa e dá a ver toda sua complexidade; é o tempo da festa. O regime da oralidade precede o da escrita, e não necessariamente devido aos níveis de analfabetismo. (MATA, 2002, p. 64)

No que tange especificamente a fonte da nossa pesquisa, Francisco José Wand, missionário redentorista alemão que atuou em Goiás durante boa parte das primeiras décadas do século XX, escreveu uma série de narrativas, por meio das quais contava suas experiências vividas no sertão goiano. Em sua narrativa sobre as procissões romarias nota-se sua fala sobre a visita ao santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade:

No santuário do Divino Padre Eterno tudo é original e a devoção dos fiéis se manifesta de diversas maneiras as mais variadas e curiosas... Não é raro que algum romeiro, que fora salvo de um perigo ou um desastre pela invocação do Divino Pai Eterno, repita ao vivo a cena, tal qual se deu com ele. Por exemplo, um carro de boi, ataque de onça. [...] Então pode-se ver que em virtude das promessas, carregam na cabeça talhas de água; quando alguém lhe faz o sinal que deseja beber, ajoelha-se para assim facilitar tirar a água; uma cena comovente de se praticar a caridade. Muito edificante também é a

maneira como, no fim da festa, os romeiros se despedem do santuário, pedem pra isto a licença para alguns dos padres do santuário e a sua benção. (WAND, s/p)

Sobre este assunto, é interessante estabelecermos uma comparação com os relatos dessa mesma festa, poucos anos antes, anotados pelo bispo Dom Eduardo Duarte Silva. Dom Eduardo é considerado pela historiografia goiana como o principal bispo romanizador de Goiás, portanto, que buscou enquadrar o catolicismo goiano dentro dos parâmetros oficiais romanos. Nascido em Florianópolis, mas com sua formação eclesiástica toda em Roma, durante o pontificado de Pio IX,³ Dom Eduardo, ao contrário de Francisco Wand, via as manifestações devocionais ao Divino Pai Eterno pelo povo goiano com olhar crítico e debochador. Segundo anotou em sua autobiografia:

Barro Preto, insignificante arraial, só era conhecido pelos milagres que simplicidade do povo atribuía, não a Deus, e sim pura e materialmente àquele grupo de pequenas imagens, e até que eu lá instalasse os padres redentoristas, não passava de um lugar para onde por doze dias acudiam negociantes de todo o Estado de Goyaz, boiadeiros, mascates, mulheres de má vida, circos de cavalinhos e milhares de superstições, devotos que lá iam pagar suas promessas, não poucas vezes feitas para obterem de Deus coisas contra a moral cristã: vinganças, separações de casais, adultérios etc. [...] Quanta indecência! Quanta ignorância! Quanta ofensa à higiene! (SILVA, 2007, p. 165-166)

Outra aspecto da religiosidade popular goiana bastante enfatizada por Francisco Wand é que o goiano expressava uma enorme preocupação com a vida após a morte. Segundo o missionário:

Os brasileiros em geral têm muita devoção para com as almas do purgatório, rezam por elas e também as invocam. Por isto deixam-se facilmente enganar pelo espiritismo. Uma coisa é certa: o brasileiro em seu sentimento religioso demonstra magnanimidade de coração e neste ponto chega até ter ideias bastante originais. Assim manda celebrar missas pelas almas de escravos, pelos que foram enforcados no tempo colonial e durante o império, pelos soldados mortos na guerra, pelos que faleceram em desastres e, finalmente, pelas almas mais abandonadas. (WAND, s/p)

Desse modo, assim que a criança nascia havia pressa em batizá-la, pois no início do século XX a alta taxa de mortalidade infantil ainda era uma realidade, principalmente por três fatores: primeiro a falta de avanços tecnológicos médicos e os poucos que tinham não eram acessíveis; segundo, como já foi dito, grande parte da

³ Pio IX é considerado o principal papa do movimento ultramontano, portanto, propulsor do que no Brasil ficou conhecido como “romanização.”

população moravam em zona rural, muito distante umas das outras, ou seja, dificultava o acesso às cidades onde se encontravam ajuda médica; e, terceiro, a falta de recursos financeiros era muito grande, pois a maioria era pobre e vivia das coisas que a terra lhes oferecia. Portanto, havia por parte da população goiana o medo da morte prematura das crianças sem o devido batismo cristão, o que poderia acarretar na perda da sua “salvação”. Com a ausência quase que permanente de sacerdotes para o batismo, portanto, boa parte da população, como parte do catolicismo popular, criava seus rituais próprios para suprir essas necessidades. Segundo Wand (s/d):

Quando se lhes pergunta como batizaram as crianças em perigo de vida, respondeu que batizaram com um raminho de arruda dizendo: “Eu te batizo com o nome de Santo Antônio, São Sebastião e outro santo qualquer”. Um que queria mostrar saber a fórmula em latim, batizou dizendo: “Égua (ego) te batiza em nome do Padre etc.” O empregado de um fazendeiro na freguesia do Espírito Santo do Peixe lá em Goyaz batizou assim: “Eu te batizo em nome do Divino Padre Eterno do Barro Preto, em nome do filho do meu patrão e em nome do Divino Espírito Santo do Peixe.

Quanto à noção da religiosidade e doutrina católica, o norte e o sul do estado apresentavam divergências religiosas, visto que no Norte havia maior índice de imigração de baianos e maranhenses, mais próximos à faixa litorânea que, segundo Wand, favorecia tal aprendizado em comparação ao sul de Goiás. Nas palavras do missionário alemão:

Ao norte do estado o nível religioso é bem melhor em relação ao sul, o que é de se estranhar, pois esta região acha-se menos distante da faixa do litoral. De algum modo explica-se isto pelo fato da população do norte é constituída na maior parte por imigrantes baianos e maranhenses, cujos antepassados desde quatro séculos recebiam boas instruções catequéticas. (WAND, s/d)

Não somente na religiosidade se diferenciava o povo do sul se comparado ao do Norte. Em relação à economia e educação, a porcentagem de analfabetos era gritantemente maior em relação ao povo do sul, que sofria com a falta de aparato educacional, impossibilitando, por vez, a catequização mais consistente. Segundo Francisco Wand (s/d):

Falando do baixo nível de conhecimentos religiosos no sul de Goiás, não se deve esquecer que até os últimos decênios esta região estava praticamente sem padres e sem missionários. Por isto, Goiás deve ser considerado Terra de Missão no sentido próprio.

Assim, durante boa parte da sua história, o estado de Goiás permaneceu alheio à religião católica oficial e em seu próprio território havia disparidades, tanto

religiosas, quanto socioculturais. As ações mais diretas no controle do catolicismo popular, bem como na formação de um clero mais ligado às exigências institucionais só teve início de fato com os bispos ultramontanos acima referidos. Todavia, uma transformação mais certa ocorreu somente a partir de 1890 com o bispado de D. Eduardo Silva, que, dentre outras coisas, trouxe à Goiás os missionários redentoristas alemães para controlarem a romaria de Trindade e agirem diretamente na condução do catolicismo goiano por meio de missões.

No olhar dos padres e religiosos europeus da época, bem como do próprio D. Eduardo (que passou boa parte da sua formação em Roma), havia uma visão crítica e deturpada da religiosidade popular, visto que, ao longo de uma série de documentos escritos por padres e bispos, é muito comum se perceber uma estranheza e certo preconceito para com a religiosidade católica professada pelo povo, muitas vezes levado pela simplicidade e pelo ato da crença em si, normalmente destituído da necessidade de controle eclesiástico.

Pode-se concluir, portanto, que a religiosidade popular despertou diversos olhares diferentes, e diversas hipóteses e visões distintas sobre a prática religiosa do povo goiano, mas que por vezes causava até mesmo admiração pelos clérigos que a analisaram. Por exemplo, em trechos de sua obra, Padre Francisco Wand abandona sua faceta crítica e passa a admirar a fé daqueles que, em situação de expressiva carestia material, às vezes possuindo somente suas vestes, se doavam completamente pela crença, por acreditar que se seguissem os preceitos divinos, mesmo às suas maneiras, estes alcançariam a salvação e que se mostravam um povo extremamente fiel e grato às graças que a eles eram concedidas. Se, para muitos, a fé popular era vista como credices, loucuras e falta de instrução, para Francisco Wand nada mais seriam do que um simples exercício da fé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que Goiás passou um processo lento de transformação desde a colonização à sua descoberta, povoamento, crescimento urbano e rural, mas que na sua forma de se enxergar e praticar, o catolicismo foi criado de forma única. Com a

interferência dos bispos ultramontanos alguns costumes foram ressignificados, mas sua essência miscigenada persistiu na cultura do goiano, que professa a sua fé, mas de uma forma próprio e muito rica, movida principalmente pelo simples ato de sua fé.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Thales. Catolicismo no Brasil? **Revista de Cultura Vozes**. Ano 63, n. 2, 1969

GOMES FILHO, Robson. “Ultramontanismo e catolicismo popular em Goiás no início do século XX: caracterizações e problematizações”. In: SILVA, Deuzair José da; QUADROS, Eduardo Gusmão de (Orgs.). **Céu, inferno e além**: o pós-morte na história das religiões. Curitiba: Brazil Publishing, 2020, pp. 171-210.

MATA, Sérgio. **Chão de Deus**: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma”. **Temporalidades**: revista discente do programa de pós-graduação em história da UFMG. Vol. 2, n. 2, ago/dez, 2010

SANTOS, Leila Borges Dias. **Ultramontanismo em Goiás de 1865 a 1907 à Luz da Sociologia da Religião**. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2006

SILVA, Eduardo Duarte. **Passagens**: autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goyaz. Goiânia: Ed. da UCG, 2007